

Inquérito vai apurar situação do Servidor

Sergio Castro/AE

Hospital será vistoriado hoje por promotores, médicos, enfermeiros e outros especialistas

LÍGIA FORMENTI

O Ministério Público abriu ontem um inquérito civil para apurar as condições de funcionamento do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM). A medida foi adotada depois de o Estado publicar, no domingo, reportagem denunciando uma série de problemas na instituição. Hoje, uma inspeção será realizada no hospital. Designada pelo promotor do Grupo de Atuação Especial de Saúde Pública e da Saúde do Consumidor, Alexandre de Moraes, a blitz será feita com integrantes do Centro de Vigilância Sanitária. Farão parte ainda da visita representantes do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), do Conselho Regional de Farmácia e do Conselho Regional de Enfermagem.

"A reportagem revela uma situação caótica", afirmou ontem Moraes. Caso as irregularidades sejam comprovadas, será proposta uma ação civil pública. "O primeiro passo é a visita", disse ele.

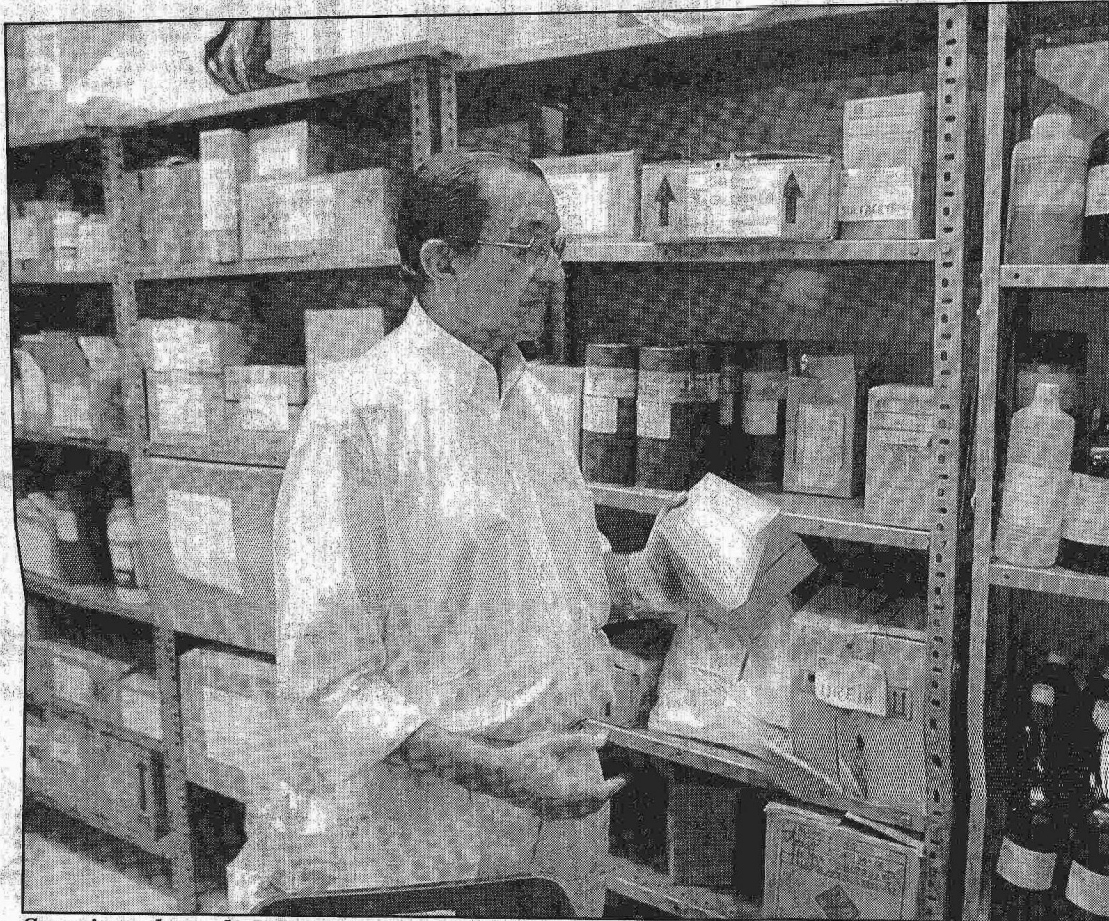
Responsável pelo atendimento de uma população estimada em 500 mil pessoas, entre servidores e seus dependentes, o HSPM apresenta uma série de problemas de atendimento. Faltam

remédios, alguns equipamentos estão quebrados e a espera para consultas pode chegar a cinco meses. No prédio há infiltrações e vazamentos. O próprio superintendente do HSPM, Gérson Andrade Almeida, reconhece as dificuldades: "A administração é arcaica, o quadro de funcionários está inchado."

Ontem, o superintendente revelou ao Estado resultados de uma apuração feita no mês de fevereiro, após o afastamento de quatro funcionários da farmácia do hospital. Entre as irregularidades constatadas estão o uso de remédios vencidos, aquisição irregular de medicamentos e abastecimento desordenado.

Falhas graves — Um dos remédios vencidos usados no HSPM foi o anticonvulsivo Gardenal, indicado para portadores de epilepsia. A comissão encontrou ainda caixas do medicamento Dimorf 30 miligramas, derivado de morfina, também com data vencida.

"Foram falhas graves", afirmou o superintendente, no cargo há sete meses. Segundo ele, de 1995 a 1999, foram feitas várias compras de remédios em caráter de urgência sem necessidade. "Em alguns itens, já havia sido feita uma licitação pela Secretaria Municipal da Saúde e bastava apenas à farmácia requisitar a entrega do medicamento", explicou o superintendente. As compras de urgência, completou, devem ser feitas em caráter excepcional e para um paciente



Superintendente do HSPM, Gérson Almeida, mostra caixa de medicamento com validade vencida

específico. "Além de essa orientação ter sido desrespeitada, não foi anexada aos laudos a receita médica", informou.

Segundo cálculos da comissão, dos R\$ 300 mil usados para compras de medicamento de urgência, apenas R\$ 930 eram necessários. Integrantes da comissão apontaram como exemplo o antibiótico amicacina 500 miligramas, ampola, que foi comprado em sistema de urgência por R\$ 5,65 cada unidade. O preço do mesmo remédio, pela licitação, era de R\$ 1,45. Foram adquiridos 4.400 frascos. "Houve

um gasto desnecessário de R\$ 18.463."

Havia estoques de medicamentos para até 150 meses. O prazo de validade de um remédio, porém, é de 24 meses. É o caso do ácido fólico, de 50 miligramas, usado para tratamento oncológico: seu estoque era suficiente para 134 meses. A compra do remédio para pressão alta Adalat sublingual também foi feita sem planejamento. Foram encontradas 157 mil cápsulas com validade para novembro deste ano. "Mas o estoque é suficiente para 16 meses", disse Al-

meida. Segundo ele, os remédios foram adquiridos em março de 1999. "Precisamos agora avaliar as razões de tamanho descontrole", observou.

O secretário municipal da Saúde, Jorge Pagura, não quis dar entrevista ao Estado, afirmando que a administração do HSPM é de responsabilidade da superintendência do hospital. "Trata-se de uma autarquia, mas, mesmo assim, o tema também é de responsabilidade da secretaria", comentou o promotor Moraes.

Vacina continua no restante do País, diz Serra

CAMPINAS — O ministro José Serra afastou ontem a possibilidade de suspender a vacinação contra a febre amarela no restante do País. A vacina foi suspensa sexta-feira em São Paulo, depois da morte de uma jovem na região de Campinas. Serra afirmou que esse caso e o de uma criança que morreu em Goiás no ano passado (ela estava imunodeprimida quando recebeu a vacina) não estão relacionados com possível erro na produção das doses.

A vacina é segura, segundo o ministro, que participou da aula inaugural do curso de medicina na Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp). Por isso, ele pediu que as pessoas não deixem de tomá-la se forem viajar para as áreas de risco.

"A doença é grave e pode ficar fora de controle se a população não for vacinada", ressaltou Serra, baseando-se nos levantamentos do Ministério da Saúde. Os números indicam que no ano passado foram registrados 72 casos de febre amarela silvestre, com 25 mortes. Só em janeiro deste ano foram 17 casos. "A doença só não se alastrou porque começamos a vacinação e em fevereiro o número caiu para 6 casos", frisou Serra.

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) constituiu um Grupo Técnico Internacional para investigar "eventos adversos graves" causados pela vacina contra a febre amarela.